

Demonstrações Financeiras

Quevedos Energética S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Quevedos Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Quevedos Energética S.A.
Quevedos (RS)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Quevedos Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de venda de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita; ii) avaliação das políticas contábeis relacionadas ao processo de reconhecimento de receita iii) verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de geração de energia e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepôr aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica; iv) realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita; e v) avaliação das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperação do ativo imobilizado - fase inicial de operação

Conforme divulgado nas notas explicativas 1, a Companhia encontra-se em fase inicial de operação e realizou investimentos relevantes na construção de sua barragem e usina. Como consequência, a Companhia necessitou de aportes de seus acionistas e financiamentos de terceiros para a conclusão da construção de sua planta e início de suas operações. A recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela Diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizados bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da Diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) para as controladas ainda não em operação, verificamos a evolução física das obras, (iv) verificamos autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL requeridas início das operações, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SC-000048/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cleverson L. Lescowicz', is written over the printed name.

Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O

Quevedos Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.332	1.813
Contas a receber	5	2.989	2.390
Tributos a recuperar		5	5
Total do ativo circulante		4.326	4.208
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	6	390	390
Partes relacionadas	7	13.187	8.085
Imobilizado	8	134.828	130.063
Intangível		929	928
Total do ativo não circulante		149.334	139.466
Total do ativo		153.660	143.674
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	10.423	9.716
Fornecedores	9	440	502
Obrigações sociais e trabalhistas		46	44
Tributos a recolher		317	285
Tributos diferidos		56	52
Total do passivo circulante		11.282	10.599
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	90.592	91.419
Partes relacionadas	7	30.706	22.595
Provisão para gastos ambientais	11	76	328
Contingências		-	184
Total do passivo não circulante		121.374	114.526
Patrimônio líquido	13		
Capital social		26.441	26.441
Reservas de capital		3.200	3.200
Prejuízos acumulados		(11.092)	(11.741)
Prejuízos do exercício		2.455	649
Total do patrimônio líquido		21.004	18.549
Total do passivo		153.660	143.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quevedos Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	14	21.688	20.661
Custo do serviço prestado	15	(6.846)	(6.031)
Resultado bruto		14.842	14.630
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(1.837)	(2.228)
Resultado antes do resultado financeiro		13.005	12.402
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		332	367
Despesas financeiras		(10.100)	(11.358)
		(9.768)	(10.991)
Resultado antes dos impostos		3.237	1.411
IRPJ/CSLL corrente		(778)	(763)
IRPJ/CSLL diferidos		(4)	1
Lucro/Prejuízo do exercício		2.455	649
Lucro/Prejuízo do exercício		2.455	649
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		60,32	15,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quevedos Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro do exercício	2.455	649
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>2.455</u>	<u>649</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quevedos Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.441	3.200	(11.741)	17.900
Lucro do exercício	-	-	649	649
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.441	3.200	(11.092)	18.549
Lucro do exercício	-	-	2.455	2.455
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.441	3.200	(8.637)	21.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quevedos Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	3.237	1.411
Depreciação	3.360	3.333
Juros de empréstimos	9.937	11.191
Baixas do imobilizado	69	21
Provisão	(436)	-
Redução (aumento) em:		
Contas a receber	(599)	(600)
Tributos a recuperar	-	(2)
Partes relacionadas	(5.102)	(8.083)
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	(62)	(272)
Obrigações sociais e trabalhistas	2	14
Tributos a recolher	(746)	(774)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.660	6.239
Aquisição de ativo imobilizado	(83)	(129)
Adições de intangível	(1)	(15)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(84)	(144)
Atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos	(10.057)	(9.598)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(10.057)	(9.598)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(481)	(3.503)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.813	5.316
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.332	1.813
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	(481)	(3.503)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Quevedos Energética S.A. (“Quevedos” ou Companhia”), com sede em Quevedos na Estrada da Paina, s/n, no bairro Interior- Estado do Rio Grande do Sul é uma sociedade por ações constituída em 01 de janeiro de 2008. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e Júlio Castilho no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.890, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 22.360 kW e potência líquida de 22.025 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 9.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2019. No mês de agosto de 2020 a Companhia iniciou suas operações e começou a gerar energia.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade de investimento na infraestrutura operacional na data de divulgação deste relatório, a diretoria administrativa confirma que os acionistas possuem capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua, proporcionalmente à sua participação acionária.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 28 de março de 2024.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2.2. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis são formados substancialmente por autorização de servidão.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

2.5. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.6. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (I) Suprimento de energia: a receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:
 - (a) *Suprimento de energia - ambiente regulado*: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 80% da garantia física, que foi iniciado a partir de janeiro de 2022; e
 - (b) *Suprimento de energia - ambiente livre*: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 20% da garantia física, a partir de janeiro de 2022. No exercício de 2023 toda energia gerada foi negociada em ambiente livre.
- (II) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Tributos

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 30%.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado "lucro presumido regime de competência". As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Custo das debêntures

Custos de debêntures, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-- Continuação

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-- Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas—Continuação

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos	5	1.709
Aplicações financeiras	<u>1.327</u>	<u>104</u>
	<u><u>1.332</u></u>	<u><u>1.813</u></u>

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é substancialmente constituído pelos valores faturados no mês de dezembro, o qual será recebido em 1 parcela a partir do mês subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber	<u>2.989</u>	<u>2.390</u>
	<u>2.989</u>	<u>2.390</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

6. Depósitos judiciais

A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação, os saldos de depósitos judiciais são assim representados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Desapropriações	<u>390</u>	<u>390</u>
	<u>390</u>	<u>390</u>

7. Partes relacionadas

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito. O montante de R\$ 8.111, referem-se a juros sobre empréstimos capitados pela controladora. Este montante foi repassado pela controladora para a companhia e foi capitalizado ao imobilizado. Os saldos estão assim apresentados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo		
Guassupi Participações S.A.	<u>13.187</u>	<u>8.085</u>
	<u>13.187</u>	<u>8.085</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo		
Guassupi Participações S.A.	<u>30.706</u>	<u>22.595</u>
	<u>30.706</u>	<u>22.595</u>

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Custo de aquisição			
Terrenos		5.824	5.824
Máquinas e equipamentos		56.739	55.835
Veículos		54	54
Edificações		82.156	73.668
Móveis e utensílios		11	11
Imobilizado em curso		-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.694	2.961
		<u>146.478</u>	<u>138.353</u>
Depreciação acumulada			
Veículos	20%	(3)	(2)
Edificações	2% a 4%	(5.608)	(3.996)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(6.010)	(4.271)
Móveis e utensílios	6,25%	(29)	(21)
		<u>(11.650)</u>	<u>(8.290)</u>
Total do imobilizado		<u>134.828</u>	<u>130.063</u>

Em 31 de dezembro de 2023 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros, de forma a estimar o potencial do investimento frente ao seu valor atual. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

Movimentações no ativo imobilizado em 2023

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição							
Terrenos		5.824	-	-	-	-	5.824
Máquinas e equipamentos		55.835	2	-	(2)	904	56.739
Edificações		73.668	8.114	-	(1)	375	82.156
Veículos		54	-	-	-	-	54
Móveis e utensílios		11	-	-	-	-	11
Imobilizado em curso		-	22	-	-	(22)	-
Adiantamentos a fornecedores		2.961	56	-	(66)	(1.257)	1.694
		138.353	8.194		(69)	-	146.478
Depreciação acumulada							
Móveis e utensílios	20%	(2)	-	(1)	-	-	(3)
Edificações	2% a 4%	(3.996)	-	(1.612)	-	-	(5.608)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(4.271)	-	(1.739)	-	-	(6.010)
Veículos	6,25%	(21)	-	(8)	-	-	(29)
		(8.290)	-	(3.360)	-	-	(11.650)
Total do imobilizado		130.063	8.194	(3.360)	(69)	-	134.828

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado em 2022

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo de aquisição						
Terrenos		5.824	-	-	-	5.824
Máquinas e equipamentos		55.803	53	-	(21)	55.835
Edificações		73.597	71	-	-	73.668
Veículos		54	-	-	-	54
Móveis e utensílios		11	-	-	-	11
Adiantamentos a fornecedores		2.956	5	-	-	2.961
		138.245	129	-	(21)	138.353
Depreciação acumulada						
Móveis e utensílios	20%	(1)	-	(1)	-	(2)
Edificações	2% a 4%	(2.393)	-	(1.603)	-	(3.996)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(2.549)	-	(1.722)	-	(4.271)
Veículos	6,25%	(14)	-	(7)	-	(21)
		(4.957)	-	(3.333)	-	(8.290)
Total do imobilizado		133.288	129	(3.333)	(21)	130.063

9. Fornecedores

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	<u>440</u>	<u>502</u>
	<u>440</u>	<u>502</u>

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Debêntures

Em 05 de dezembro de 2019 foi assinada a Escritura de Emissão de Debêntures entre a Companhia e a instituição bancária Itaú Unibanco S.A., com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$90.000 com taxa indexada à taxa IPCA + spread de 4,525 % e prazo de 18 anos, sendo um ano e meio de carência. A emissão ocorreu em 27 de dezembro de 2019 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de junho de 2021, em 34 parcelas, com vencimento final em 15 de dezembro de 2037. O Agente Fiduciário nomeado é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures captadas são para construção da PCH e possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures		
Itaú S.A. IPCA + 4,525 a.a.	<u>101.015</u>	<u>101.135</u>
	<u>101.015</u>	<u>101.135</u>
Circulante	10.423	9.716
Não circulante	90.592	91.419

Mapa de movimentação de debêntures

A seguir demonstramos a movimentação em 2022 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>99.542</u>
Juros, atualização e custos de captação	11.191
Pagamentos	<u>(9.598)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>101.135</u>
Juros, atualização e custos de captação	9.937
Pagamentos	<u>(10.057)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>101.015</u>

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Debêntures--Continuação

Cronograma de amortização da dívida do não circulante

Ano	<u>31/12/2023</u>
2025	6.423
2026	7.073
A partir de 2027	<u>77.096</u>
	<u><u>90.592</u></u>

Obrigações da Companhia ("covenants")

A Companhia obrigasse a observar determinadas cláusulas de restrição "covenants" constantes dos contratos de debêntures, medidas com base nas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais da Companhia contados a partir de 12 meses após início das operações, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida superior ou equivalente a 1,20x - sendo que o índice é a razão da "Geração de Caixa da Atividade no PRef" dividido pelo "Serviço da Dívida no PRef".

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu todas as obrigações ("covenants") relacionados aos contratos de debêntures.

11. Provisão para gastos ambientais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para gastos ambientais	<u>76</u>	<u>328</u>
	<u><u>76</u></u>	<u><u>328</u></u>

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2023. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está envolvida em determinadas questões judiciais. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas “prováveis”, e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A Companhia classificou R\$ 57 como possível (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo quadro com o valor provável:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para contingências	-	184
	<u>-</u>	<u>184</u>

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$26.441 em 31 de dezembro de 2023 (R\$26.441 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por um total de 40.701 de ações (40.701 ações em 31 de dezembro de 2022).

b) Resultado acumulados

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação; i) 5% (cinco por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, serão destinados a reserva estatutária, sem prejuízo da utilização de outras reservas; ii) serão distribuído aos acionistas dividendo obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) desses lucros, nos termos do estatuto da Companhia, norteado pelos artigos 201 a 203 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Os lucros registrados em 2023 foram totalmente utilizados para absorção de prejuízos acumulados.

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício de 2023 os lucros registrados foram destinados a absorção de prejuízos acumulados.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Receitas operacionais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta		
Venda de energia	<u>22.510</u>	<u>21.444</u>
	22.510	21.444
Deduções da receita		
PIS e COFINS sobre vendas	<u>(822)</u>	<u>(783)</u>
	(822)	(783)
Receita operacional líquida	<u>21.688</u>	<u>20.661</u>

15. Gastos por natureza

A seguir demonstramos a despesa por natureza nas datas dos balanços:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Gastos por função		
Custo do serviço prestado	<u>(6.846)</u>	<u>(6.031)</u>
Despesas administrativas e gerais	<u>(1.837)</u>	<u>(2.228)</u>
	(8.683)	(8.259)
Gastos por natureza		
Custo aquisição de energia	<u>(136)</u>	<u>(18)</u>
Encargos de uso e conexão	<u>(2.758)</u>	<u>(2.187)</u>
Serviços de terceiros	<u>(1.309)</u>	<u>(1.661)</u>
Depreciação	<u>(3.360)</u>	<u>(3.333)</u>
Despesas com pessoal	<u>(411)</u>	<u>(329)</u>
Honorários contábeis	<u>(38)</u>	<u>(37)</u>
Assessoria jurídica	<u>(93)</u>	<u>(134)</u>
Viagens e estadias	<u>(77)</u>	<u>(54)</u>
Internet e telefone	<u>(64)</u>	<u>(58)</u>
Taxas e cartórios	<u>(164)</u>	<u>(183)</u>
Perdas	<u>(3)</u>	<u>(20)</u>
Contingências	<u>108</u>	<u>-</u>
Seguros	<u>(228)</u>	<u>(144)</u>
Outras despesas	<u>(150)</u>	<u>(101)</u>
	<u>(8.683)</u>	<u>(8.259)</u>

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	<u>332</u>	<u>367</u>
	332	367
Despesas financeiras		
Juros e custo de empréstimos	<u>(9.937)</u>	<u>(11.191)</u>
Outras despesas financeiras	<u>(163)</u>	<u>(167)</u>
	(10.100)	(11.358)
Resultado financeiro	<u>(9.768)</u>	<u>(10.991)</u>

17. Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Venda de energia	<u>22.510</u>	<u>21.444</u>
	22.510	21.444
Presunção IRPJ a 8%	<u>1.801</u>	<u>1.716</u>
Presunção CSLL a 12%	<u>2.701</u>	<u>2.573</u>
Outras receitas		
Receitas aplicações financeiras	<u>332</u>	<u>367</u>
	332	367
Impostos correntes		
Imposto de renda (15% a 25%)	<u>(507)</u>	<u>(498)</u>
Contribuição social (9%)	<u>(271)</u>	<u>(265)</u>
	(778)	(763)
Impostos diferidos		
Imposto de renda (25%)	<u>(3)</u>	<u>1</u>
Contribuição social (9%)	<u>(1)</u>	<u>-</u>
	(4)	1

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.332	1.813
Contas a receber	2.989	2.390
Partes relacionadas - ativa	13.187	8.085
Fornecedores	440	502
Partes relacionadas - passiva	30.706	22.595
Empréstimos e financiamentos	101.015	101.135

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.

- (a) Risco de crédito: o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- (b) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.
- (c) Risco de desconstratação: A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo.
- (d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a debêntures obtidas junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.
- (e) Risco de regulação: as atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

- (f) Gerenciamento de capital: a Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

A dívida líquida da Companhia em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos e financiamentos	101.015	101.135
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.332	1.813
Dívida líquida	99.683	99.322
Total do patrimônio líquido	21.004	18.549
Dívida líquida e patrimônio líquido	120.687	117.871
Quociente de alavancagem	83%	84%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

- (g) Risco Operacional: O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragem.
- (h) Risco hidrológico: O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de retração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-se entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Quevedos Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

20. Transações que não afetaram o caixa

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo resumidas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros de empréstimos capitalizados ao imobilizado	8.111	-
Provisão para gastos ambientais	76	328
Provisão para contingências	-	184